

Keith Jenkins: Historiografia e Poder

Nildo Viana

A historiografia, como toda ciência, está intimamente ligada ao poder. A percepção disto é importante para se compreender obras como a de Keith Jenkins, *A História Repensada*¹. Trata-se de um livro introdutório, dedicado principalmente a estudantes, e que discute o que é a história, alguns de seus principais debates (verdade, fatos e interpretação, empatia, fontes primárias e secundárias, causalidade, a história como ciência ou arte) e a sua própria abordagem, derivada do contexto sociocultural atual, chamado pelo autor de “pós-moderno”. O autor discorre sobre todas estas temáticas partindo do ponto de vista assumidamente “pós-moderno” e para isso refuta outras concepções e defende a tese de que a história é um discurso, tal como outros discursos, e nada mais do que isso.

Apesar de ser um livro dedicado a estudantes, ele padece de muitos equívocos que não deveria estar presente em qualquer livro. O fato de ser dedicado ao público iniciante ainda torna mais grave os seus equívocos, pois falta àqueles que fazem a leitura o necessário arsenal informativo e saber teórico que possibilitaria perceber com facilidade as falhas e equívocos do texto. Por isso nos dedicamos a tarefa de realizar uma análise crítica desta pequena obra que vem sendo utilizada ingenuamente por professores e alunos. Obviamente que, em muitos casos, a ingenuidade revela valores, interesses, compromissos. Iremos tratar disso apenas quando formos analisar a obra de Jenkins, mas alertamos para que a concordância com um autor pressupõe ter valores, interesses e compromissos semelhantes aos dele, o que faz com que o desvendar de um autor significa uma grande possibilidade de desvendar aqueles que concordam com ele.

¹ JENKINS, Keith. *A História Repensada*. 2ª edição, São Paulo: Contexto, 2004.

A história, para Jenkins, é um “discurso sobre o mundo”, ou, mais exatamente, sobre o passado. Assim, o autor aponta para a necessidade de distinguir entre história e passado. O passado é constituído pelos acontecimentos ocorridos e a história é o discurso sobre estes acontecimentos. Sendo assim, a história está na biblioteca, é um “construto linguístico intertextual”. Quando um aluno presta um exame sobre história inglesa do século 16 através da leitura de um historiador específico (G. Elton), ele se torna apto não ao conhecimento deste período histórico e sim na obra de Elton. Isto ocorre, segundo Jenkins, devido ao fato de que o objeto de investigação, o passado, “é passível de diferentes interpretações por diferentes discursos” (p. 27).

Até mesmo em um mesmo discurso (historiográfico, sociológico, geográfico) existem interpretações variadas. Uma paisagem, por exemplo, será interpretada de forma diferente por um geógrafo, um historiador, um sociólogo. Mas os próprios historiadores, sociólogos e geógrafos apresentarão interpretações diferentes de outros pesquisadores de sua própria área. O pesquisador não inventa a paisagem, pois ela “parece estar lá”, mas elabora ferramentas analíticas e metodologias para extrair da paisagem, sua “matéria-prima”, as formas específicas de fazer sua leitura, que é o discurso. O autor complementa: “é neste sentido que lemos o mundo como um texto, e tais leituras são, pela lógica, infinitas. Não quero dizer com isso que nós simplesmente inventamos histórias sobre o mundo ou sobre o passado (ou seja, que travamos conhecimento do mundo ou do passado e então inventamos narrativas sobre ele), mas sim que a afirmação é muito mais forte: que o mundo ou o passado sempre nos chegam como narrativas e que não podemos sair dessas narrativas para verificar se correspondem ao mundo ou ao passado reais, pois elas constituem ‘a realidade’” (p. 28).

A distinção entre a produção do historiador e o objeto de investigação é útil e necessária. Porém, da forma como faz Jenkins temos sérios problemas. Em primeiro lugar, a distinção entre história e passado é, em si, problemática. Mais correto seria a distinção entre historiografia e história. A historiografia é a ciência particular que tem como objeto de investigação a história e isto requer aprofundamentos, definindo adequadamente ambos os conceitos. No entanto, não é nosso propósito apresentar definições alternativas às fornecidas por Jenkins. O procedimento dele aponta para a

discussão sobre a história e não sobre o passado, abordado superficialmente. O passado, tal como existiu efetivamente, não é acessível. O que temos acesso é as narrativas sobre o passado. A história é produzida em cima de tais narrativas, nas quais nenhuma é derivação imediata do passado, mas tão-somente um discurso elaborado a partir de outro discurso.

Assim, a tese de Jenkins aponta para uma concepção equivocada da história e do “passado”. A separação entre passado e história é anunciada para depois ser destruída, já que o passado nos é inacessível e o que o historiador trabalha são narrativas sobre narrativas, isto é, o passado, em si, foi abolido. A história, por sua vez, definida como “discurso”, “jogo de linguagem”, “construto linguístico intertextual”, “narrativa”, não tem mais relação com o passado, pois este foi abolido, e assim é uma construção que tem por detrás de si apenas outras construções. Sendo assim, ao contrário do empiricismo, que abole a teoria e se aquartela no “fato”, o culturalismo de Jenkins abole a realidade concreta e se aquartela no discurso. A distinção é feita para abolir um dos termos distinguidos.

Uma vez realizado este malabarismo intelectual, Jenkins coloca que a distinção entre passado e história coloca o problema de sua conciliação. Isto cria a pretensão de verdade/conhecimento que gera o que o autor denomina “três campos teóricos problemáticos”: epistemologia, metodologia e ideologia. Ele considera que a história possui quatro fragilidades epistemológicas: 1) é impossível abarcar a totalidade dos acontecimentos passados; 2) não é possível nenhum relato recuperar o passado tal como ele era, pois o passado é composto por acontecimentos, não sendo um relato, e como já passou, os relatos só podem ser confrontados com outros relatos, e não com o passado; 3) a história é um construto pessoal do historiador enquanto narrador; 4) a história “dá feição às coisas”, cria “estruturas narrativas” (p. 34).

Jenkins acerta no primeiro ponto, mas confunde “o todo” com “o tudo”. Ora, nenhum historiador pode abarcar tudo num determinado momento histórico. Porém, isto não é necessário, não precisamos saber, por exemplo, o que Robespierre pensava sobre a Inglaterra e o que Danton gostava de comer para analisar a Revolução Francesa... Agora, saber sobre a totalidade da sociedade francesa, quais eram as forças políticas, as

relações de produção, as ideologias, as classes sociais, a cultura popular, o regime político, a concepção política de Robespierre, Danton e Herbert, entre outros aspectos, seria necessário para tal análise. Não é possível abarcar tudo, mas isto não é necessário, por isso Jenkins atira bem, mas no alvo errado. O segundo ponto só pode ser levado a sério se concordarmos com as definições de passado e história de Jenkins. No entanto, a dicotomia entre acontecimentos (passado) e relato (história) não tem nenhuma fundamentação, muito menos a inacessibilidade dos acontecimentos pelo “relato”. O terceiro ponto afirma que a história é um construto pessoal do historiador como narrador, algo que também não foi fundamentado, a não ser o exemplo sobre as discordâncias entre os historiadores Trevor-Roper e Taylor, o que apenas mostra existirem divergências entre dois historiadores mas não que isso é derivado do fato de serem “construto pessoal” deles. O quarto e último ponto afirma que a história cria estruturas narrativas e dá feição às coisas, o que é mais uma afirmação arbitrária do que uma assertiva fundamentada. Mas podemos dizer que Jenkins está certo quando fala de seu próprio discurso: é uma criação de uma estrutura narrativa e por isso é impossível Jenkins recuperar o passado tal como ele era...

Jenkins passa para a metodologia e diz que existe uma arbitrariedade na interpretação e justifica isso dizendo que o rigor do método não é suficiente para aboli-la, e a existência de vários métodos comprova isto. Ele cita vários métodos e diz que seus defensores consideram que o conhecimento produzido por eles possui legitimidade por partirem de “regras e procedimentos metodológicos”. No entanto, coloca Jenkins, o que determina a interpretação é a ideologia, pois é esta que faz com que o historiador escolha entre os diversos métodos ou os critérios para sua escolha. Sem dúvida, isto é verdadeiro. A escolha do método ou dos critérios que servem para legitimar esta opção é produto dos valores, interesses, sentimentos, do historiador. Isto, entretanto, não demonstra que os métodos sejam todos deficientes.

Outro problema metodológico colocado por Jenkins é o dos “conceitos básicos da história”, que, segundo ele, não são universais e sim localizados e particulares. Seus alicerces são pedagógicos e ideológicos, isto é, são formados através do sistema educacional e das ideologias. Apesar da imprecisão do autor no que se refere ao

conceito de ideologia, mas que fica subentendido a visão positivista, concebendo-a como um pensamento valorativo, a análise é correta, desde que limitada à historiografia dominante.

A história, assim, é um “construto ideológico”, marcada pelo conflito entre dominantes e dominados, etc. Segundo Jenkins, “as diferenças que vemos estão lá porque a história é basicamente um discurso em litígio, um campo de batalha onde pessoas, classes e grupos elaboram autobiograficamente suas interpretações do passado para agradarem a si mesmas” (p. 43). Sem dúvida, a interpretação da história é um campo de lutas sociais, mas não se trata meramente de ser autobiográfica e para agradar a si mesmo, existe muito mais em jogo, e isto é ocultado no livro de Jenkins, tal como colocaremos mais adiante.

Ao falar da prática do historiador Jenkins coloca as pressões sociais (familiares, acadêmicas, editoriais) sobre o trabalho do historiador, o que traz diversas dificuldades e influencia a obra historiográfica. Retomaremos este ponto no final deste texto.

Jenkins defende o relativismo e diz que a desconstrução das histórias das outras pessoas é pré-requisito para a produção da própria história e esta é sempre história destinada a alguém e reafirma sua tese da história como discurso.

Na segunda parte de seu livro, Jenkins discute algumas questões epistemológicas. A primeira é a questão da verdade. Para Jenkins, a verdade é impossível. Ela é mera figura de retórica cujo quadro de referências não ultrapassa seus próprios limites, sendo incapaz de apreender o mundo dos fenômenos. A palavra e o mundo estão separados. Jenkins cita o positivista pragmatista norte-americano Richard Rorty: a verdade é sempre criada, nunca descoberta. Então por qual motivo ela é “procurada”, se busca “descobri-la”? Jenkins explica isso pela “longa tradição dominante” (platonismo, cristianismo, razão, ciência, hábitos cotidianos) e por existir relações de poder: a verdade fica na dependência de alguém ter o poder para torná-la verdadeira. A história é um jogo de linguagem, sendo que a verdade (e expressões correlatas) são meros expedientes para “iniciar, regular e findar interpretações” (p. 59).

Esta concepção utilitarista de verdade se funda em mais um equívoco de Jenkins. Ele toma por verdade a concepção dominante e oficial de verdade e generaliza, tornando

todas as supostas verdades como tendo o seu mesmo mecanismo utilitarista de produção. Assim, não existe a verdade ou existem verdades que são meros jogos na luta pelo poder. A verdade fica reduzida a mera retórica. Sem dúvida, a lei da gravidade não é uma verdade, é apenas retórica. Portanto, qualquer indivíduo que tenha vontade de pular do 10º andar de um prédio, pode fazê-lo, pois se não o fizer por causa da lei da gravidade, isto significa que ele está sendo ludibriado pela retórica de alguns físicos tão-somente interessados em deter o poder. Também não devemos pensar que o nazismo provocou o massacre de milhões de pessoas, tal como dizem muitos historiadores, pois eles fazem isto apenas devido à necessidade de uma retórica para disputar o poder. Assim, ao abolir o passado e a verdade, Jenkins presta um grande serviço ao poder.

Jenkins também discute a questão dos fatos históricos. Para ele, os fatos são construídos pelas “leituras interpretativas”. Isto também é correto. O problema está em ir disso até a abolição dos fatos, o que é apenas complemento da abolição do passado realizada no início do seu discurso. A reificação dos fatos é costumeira, mas a abolição da realidade concreta a partir da percepção de que tais fatos não são coisas objetivas e dadas, temos uma distância bem grande. Jenkins também critica aqueles que criticam a parcialidade, pois não ser parcial é algo impossível, o que é correto, mas não da forma como ele coloca, tal como retomaremos adiante. A crítica da ideia de empatia também é correta, pois é impossível alguém pensar com uma pessoa pensava em épocas passadas, o que não significa, porém, que não seja possível a reconstituição histórica por outros meios. Jenkins também abole a distinção entre fontes primárias e secundárias, o que é mero complemento de sua abolição do passado e dos fatos e carrega os mesmos equívocos das afirmações anteriores. A questão da causalidade é descartada com a mesma facilidade e simplicidade, pois se a história é discurso, então não há causalidade, o que existe é mera “cópia do que os outros disseram”.

Por fim, o debate sobre se a história é ciência ou arte é, segundo Jenkins, ultrapassada, pois ela “não é arte nem ciência, mas uma coisa diferente – uma coisa *sui generis*, um jogo de linguagem que não está para brincadeiras, que está localizada no tempo e no espaço e no qual as metáforas da história como ciência, ou da história como

arte, refletem justamente a distribuição de poder que põe estas metáforas no jogo” (p. 90).

O discurso de Jenkins é fácil e pode até convencer os leitores desatentos. A quase completa falta de fundamentação da maioria de suas afirmações salta aos olhos dos mais atentos. Ora, para dizer se a história é ciência, arte, jogo de linguagem ou qualquer outra coisa é necessário, anteriormente, definir ciência, arte, jogo de linguagem... e história e posteriormente observar se há correspondência ou não. Jenkins não fez nada disso, apenas cita Hayden White e observações pouco convincentes sobre a produção historiográfica realizada a partir de outra produção historiográfica.

Ele encerra o segundo capítulo de seu livro com uma afirmação reveladora: “pelas mesmas razões de Hayden White, considero que o relativismo moral e o ceticismo epistemológico constituem a base da tolerância social e do reconhecimento positivo das diferenças”. Aqui temos a explicitação de um discurso ideológico. A “tolerância social”, como já ensinava Marcuse, significa que os explorados e oprimidos devem tolerar os dominantes, a exploração e a opressão; o reconhecimento das diferenças significa transformar as relações de opressão em mera “diferença” e buscar sua conservação (“reconhecimento”) ao invés de buscar sua abolição. O discurso de Jenkins assume todo o seu conservadorismo, que se complementa no último capítulo, quando ele coloca as bases de seu pensamento.

Jenkins revela sua base ideológica: o pós-modernismo. Segundo Jenkins, vivemos num mundo pós-moderno. Para ele, a melhor definição de pós-moderno foi a de Jean-François Lyotard, o filósofo francês que a pedido da UNESCO fez uma intervenção que impressionou pela lista extensa de cientistas naturais citados e que ele admitiu, posteriormente, nunca ter lido... Lyotard coloca que o mundo pós-moderno vê nascer o “fim dos centros e das metanarrativas”. Isto significa o fim de um conjunto de concepções, desde o iluminismo passando pelo liberalismo, humanismo, marxismo. O marxismo, a expressão otimista destas concepções, com a experiência do “socialismo real” (mesmo considerando as diferenças entre a proposta original e a deformação soviética) também fracassou. A crítica do marxismo ocidental e feminista ao capitalismo fez com que ele buscasse uma forma de se valorizar e a forma encontrada

foi a ênfase nas forças do mercado. As mudanças históricas, principalmente após os anos 50, marcariam uma nova era marcada pelo ceticismo, pragmatismo e relativismo. O pós-modernismo é a expressão desta situação, embora não tenha unidade e tenha diversas produções no seu interior. Assim, a morte dos centros e das metanarrativas abre espaço para uma multiplicidade e isto também ocorre na história. O proletariado é substituído por diversos grupos, tais como de jovens, desempregados, mulheres, etc. Surge também uma multiplicidade de discursos e, por conseguinte, uma multiplicidade de relatos históricos, além da história profissional, aparece a história feminista, ambiental, etc. e não só existem simultaneamente como um perpassa o outro, possuindo fronteiras irregulares e sobrepostas, sendo marcados pela intertextualidade. Esta explosão de relatos históricos é uma característica da era pós-moderna.

Obviamente que, neste caso, Jenkins tem o modismo do seu lado. No entanto, Lyotard é uma base muito pobre para qualquer discussão sobre pós-modernismo, principalmente levando-se em conta o número de obras que abarrotaram o mercado editorial sobre esta temática, bem como por obras importantes que ele cita mas não leva na devida conta. David Harvey e Terry Eagleton, por exemplo, realizam uma crítica das bases da ideologia postulada por Lyotard. A ideia de que vivemos numa sociedade pós-moderna não se sustenta. Os ideólogos que inspiram Lyotard, o sociólogo norte-americano Daniel Bell e o sociólogo francês Alain Touraine, não ultrapassam o discurso ideológico e, tal como Jenkins, não passam de um passeio superficial sobre a sociedade contemporânea. A ideia de substituição do proletariado é também apenas anunciada mas nunca comprovada, nem por Jenkins nem pelos ideólogos que ele se baseia. Mas deixando de lado as bases sociais postuladas por Jenkins, não deixa de ser cômico ele tomar o que existe em si, sem nenhuma análise crítica. Obviamente que isto é bastante útil para os seus objetivos, tal como colocaremos adiante.

Jenkins diz que a diversidade de relatos históricos traz consigo a relativização e historicização, juntamente com o ceticismo atual. Assim, a “re-descrição irônica” proposta por Rorty passa a explicar a nova situação. Segundo este ideólogo, basta redescrever para se dizer o que é bom e o que é mau. O passado pode ser redescrito infinitamente, coloca Jenkins, de acordo com o que cada um quer. Assim, se instaura a

“absoluta imprevisibilidade das leituras” e as interpretações que estão no centro não estão por serem “verdadeiras” mas por que estão alinhadas com o discurso dominante. O que Jenkins esquece de dizer é que o discurso dominante hoje é o que ele está lançando mão...

Desta forma se cria um fluxo interpretativo, se questiona a verdade, os fatos, o passado. A liberdade de se criar “interpretações alternativas” é subversiva. O discurso dominante busca censurar as leituras indesejáveis, recuperando, incorporando ou redescrivendo-as para adaptá-las aos seus interesses. Mas este procedimento também pode ser realizado pelas narrativas alternativas e tais tentativas do discurso dominante, segundo Jenkins, dificilmente terão sucesso. Jenkins coloca a necessidade de produzir “percepções novas” na história. Uma nova abordagem necessitaria de uma “metodologia reflexiva” e de uma tomada de posição. A metodologia reflexiva deveria trabalhar a distinção entre história e passado e analisar como são construídas as diversas narrativas historiográficas. A escolha de uma posição não significa que se pode deixar de escolher mas sim que deve estar consciente de sua tomada de posição, o que significa se alinhar com determinadas interpretações e negar outras. Enfim, ele conclui dizendo que partindo de uma metodologia reflexiva (pós-moderna) se deve analisar a produção historiográfica no contexto de um mundo pós-moderno.

Não deixa de ser curioso como Jenkins se alinha com a historiografia dominante e ao mesmo tempo a condena... As interpretações alternativas são apenas interpretações alternativas. A sua receita é a sua própria concepção, autointitulada pós-moderna, adequada ao mundo pós-moderno. Porém, como este mundo pós-moderno é uma ficção, então a abordagem de Jenkins também é mera ficção. Neste sentido se torna compreensível sua ideia de a historiografia não passa de relatos construídos... Ao afirmar que todo discurso do historiador é mera narrativa e que a “verdade” é mera retórica, Jenkins fala de si mesmo. Ou seu discurso é mera narrativa, sem fundamentação na realidade (isto, segundo ele, não existe... ou se existe é inacessível...) e a verdade que ele propõe é mera retórica. No entanto, ele não afirma isto, pois se o fizesse destruiria o seu edifício ideológico pela base.

Agora, depois desta exposição geral do texto de Jenkins, podemos fazer uma avaliação global dela. O pequeno livro de Jenkins é muito fraco, mesmo sendo um livro introdutório para estudantes, pois além das lacunas e falta de fundamentação de grande parte do que foi afirmado, o texto simplesmente não diz nada de realmente significativo e não consegue fazer uma verdadeira introdução à historiografia. Mas livros fracos existem aos montes nas livrarias, sendo sua maioria absoluta. Por isso, o maior problema não está nas debilidades mas sim no seu caráter ideológico. Mas não usamos o conceito positivista de ideologia, tal como faz Jenkins, isto é, significando um pensamento valorativo, pois, para nós, todo pensamento é valorativo. Por ideologia compreendemos uma falsa consciência sistemática da realidade, mesmo que sua sistematicidade seja débil, como no caso de Jenkins.

Ao colocarmos a ideologia como falsa consciência, fica subentendido a existência de uma consciência verdadeira e, por conseguinte, da verdade. A verdade não é algo inacessível, embora seja ofuscada pelos interesses, valores, sentimentos, das classes sociais privilegiadas e seja marginal devido as relações de poder existentes em nossa sociedade, já que são tais classes que o detém. O discurso de Jenkins é ideológico por sua ligação com tais interesses, devido seu descompromisso com a libertação humana, em que pese faça afirmações superficiais e soltas sobre “emancipação democrática”, expressão incompreensível. Ele aconselha a todos os historiadores escolherem sua posição e assumi-la, mas ele mesmo não o fez explicitamente. O que fez foi tão-somente se filiar à ideologia pós-estruturalista mas não apresentou qual é a base social, de qual classe ou grupo social ela é expressão.

Ao dizer que o passado é inacessível então ele se torna algo em disputa. Porém, a base da disputa nunca é colocada. O que parece é que se trata de mero passatempo, já que não se explicita quem são estes grupos em disputa, por qual motivo existe a disputa e diversas questões que esclareceriam o sentido desta luta em torno do passado. Ao fazer reflexão sobre o discurso historiográfico, não temos reflexões sobre quem são os que fazem tal discurso, quais são seus interesses e valores, isto tudo porque, no final da contas, se defende a tese oculta de que tais valores e interesses são equivalentes. Todas as “narrativas” são equivalentes, embora ligadas as relações de poder. Assim, a crítica

aos adeptos da imparcialidade é aparentemente uma postura questionadora, mas ao colocar que é tudo parcial e não ultrapassar tal afirmativa, temos um processo de relativização. O relativismo numa sociedade que o próprio autor reconhece como sendo marcada pela opressão, por relações de poder, etc., beneficia a quem? E dizer que a historiografia revisionista do fenômeno nazista é parcial, legítima e “verdadeira” como qualquer outra leva a que conclusão?

Enfim, Jenkins relaciona historiografia e poder, mas ao mesmo tempo que revela, esconde suas relações. Assim, quando ele fala das pressões familiares, acadêmicas e editoriais sobre a produção historiográfica, deixa entrever que ele se submete tranquilamente e comodamente a isto. No entanto, o seu argumento é apenas para mostrar a fragilidade da produção historiográfica, mas revela também relações de poder. A academia pressiona com suas exigências, tal como servir ao sistema educacional e suas diretrizes. Ora, por que ele não luta contra isto? Pelo contrário, ele reproduz esta pressão, ao citar e acatar a expressão “historicizar sempre” (p. 106), tal como consta, segundo ele mesmo diz, no currículo escolar britânico. O excesso de aulas é uma pressão? Por que não pede licença, mata aula, usa monitor ou qualquer outra estratégia? Também aponta a pressão editorial que interfere no número de páginas, nas sugestões, etc. Ora, isto interfere no conteúdo? No caso dele, certamente não... E por qual motivo não publica autonomamente ou forma um coletivo de profissionais que compartilham as mesmas teses e faz suas próprias publicações como muitos fazem? Sem dúvida, por não precisar e estar muito bem aquartelado nas instituições existentes. Derivado disto, temos sua adesão ao modismo pós-estruturalista (“pós-moderno”) e sua defesa do relativismo que beneficia quem detém o poder. É por isso que o conteúdo de seu livro aponta para uma suposta abordagem crítica que se revela apenas o conservadorismo contemporâneo, recheado de pragmatismo, de acordo com os interesses dominantes.

A maior astúcia do discurso ideológico é falar do poder e ao mesmo tempo ocultá-lo. A maior astúcia de Jenkins é falar do poder, do passado, da historiografia dominante, e, ao mesmo tempo, esconder tudo isso. No entanto, seu discurso ardiloso esconde não só a realidade concreta, mas também a si mesmo, e suas ligações com o

poder, seu descompromisso com aqueles que ele cita (mulheres, negros, operários, etc.), que são mera figura de retórica para ele posar de progressista. Jenkins, no fundo, se revela um historiador a serviço do poder.